

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	15
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	43
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	137.990
Preferenciais	255.107
Total	393.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	14.587.619	11.297.846
1.01	Ativo Circulante	2.589.586	413.166
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.552.940	60.442
1.01.03	Contas a Receber	0	352.724
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	352.724
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	352.724
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.528	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.528	0
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar ou a Recuperar	36.528	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	118	0
1.02	Ativo Não Circulante	11.998.033	10.884.680
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	162.413	189.918
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	162.413	189.918
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	7.717
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	162.413	182.201
1.02.02	Investimentos	11.834.556	10.693.863
1.02.03	Imobilizado	62	80
1.02.04	Intangível	1.002	819

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	14.587.619	11.297.846
2.01	Passivo Circulante	39.671	35.192
2.01.03	Obrigações Fiscais	169	279
2.01.05	Outras Obrigações	39.502	34.913
2.01.05.02	Outros	39.502	34.913
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.912	5.852
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	30.490	28.990
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	100	71
2.02	Passivo Não Circulante	998	7.843
2.02.02	Outras Obrigações	998	821
2.02.02.02	Outros	998	821
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	998	821
2.02.04	Provisões	0	7.022
2.03	Patrimônio Líquido	14.546.950	11.254.811
2.03.01	Capital Social Realizado	5.760.125	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	0	2.898.625
2.03.04.01	Reserva Legal	0	300.963
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	2.597.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.596.872	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.189.953	4.256.186

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.155.245	5.104.944	857.870	1.199.799
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.382	-20.854	-4.086	-11.312
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-462	-33.722	-27.275	-27.592
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-462	-23.691	-27.275	-27.592
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	-10.031	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.164.089	5.159.520	889.231	1.238.703
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.155.245	5.104.944	857.870	1.199.799
3.06	Resultado Financeiro	4.723	13.428	917	3.554
3.06.01	Receitas Financeiras	5.511	14.316	2.175	9.029
3.06.02	Despesas Financeiras	-788	-888	-1.258	-5.475
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.159.968	5.118.372	858.787	1.203.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.895	0	-62.179	-62.179
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,80899	12,22715	2,14939	3,07909
3.99.01.02	PN	3,08989	13,44986	2,36433	3,387
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,80899	12,22715	2,14939	3,07909
3.99.02.02	PN	3,08989	13,44986	2,36433	3,387

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
4.02	Outros Resultados Abrangentes	549.359	-66.233	245.598	1.309.999
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	549.359	-66.233	245.598	1.309.999
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.725.222	5.052.139	1.042.206	2.451.173

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.221.217	1.009.134
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-44.000	-34.159
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.118.372	1.203.353
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.159.520	-1.238.703
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-2.835	1.225
6.01.01.07	Outros	-17	-34
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.265.217	1.043.293
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	21.941	38.022
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-832	-11.623
6.01.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.268.473	1.016.954
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-24.365	-60
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.728.719	-243.494
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.728.719	-243.494
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.492.498	765.640
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.442	199.535
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.552.940	965.175

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.660.125	0	-2.898.625	-521.500	0	-1.760.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-276.500	0	-1.515.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.118.372	-66.233	5.052.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.118.372	0	5.118.372
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-66.233	-66.233
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-66.233	-66.233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.760.125	0	0	4.596.872	4.189.953	14.546.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.141.174	1.309.999	2.451.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.141.174	0	1.141.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.309.999	1.309.999
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	1.309.999	1.309.999
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	4.100.000	0	2.106.573	1.141.174	4.664.281	12.012.028

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.163	-2.566
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.129	-1.859
7.02.04	Outros	-1.034	-707
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.163	-2.566
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.163	-2.566
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.173.836	1.247.732
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.159.520	1.238.703
7.06.02	Receitas Financeiras	14.316	9.029
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.163.673	1.245.166
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.163.673	1.245.166
7.08.01	Pessoal	9.425	7.800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.956	90.717
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.920	5.475
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.118.372	1.141.174
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	245.000	0
7.08.04.02	Dividendos	276.500	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.596.872	1.141.174

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	14.587.619	11.297.846
1.01	Ativo Circulante	2.591.807	415.287
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.555.161	62.563
1.01.03	Contas a Receber	0	352.724
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	352.724
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	352.724
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.528	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.528	0
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar ou a Recuperar	36.528	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	118	0
1.02	Ativo Não Circulante	11.995.812	10.882.559
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	162.413	189.918
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	162.413	189.918
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	7.717
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	162.413	182.201
1.02.02	Investimentos	11.832.335	10.691.742
1.02.03	Imobilizado	62	80
1.02.04	Intangível	1.002	819

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	14.587.619	11.297.846
2.01	Passivo Circulante	39.671	35.192
2.01.03	Obrigações Fiscais	169	279
2.01.05	Outras Obrigações	39.502	34.913
2.01.05.02	Outros	39.502	34.913
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.912	5.852
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	30.490	28.990
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	100	71
2.02	Passivo Não Circulante	998	7.843
2.02.02	Outras Obrigações	998	821
2.02.02.02	Outros	998	821
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	998	821
2.02.04	Provisões	0	7.022
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.546.950	11.254.811
2.03.01	Capital Social Realizado	5.760.125	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	0	2.898.625
2.03.04.01	Reserva Legal	0	300.963
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	2.597.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.596.872	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.189.953	4.256.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.155.066	5.104.844	857.801	1.199.132
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.382	-20.854	-4.086	-11.312
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-462	-33.722	-27.275	-27.592
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-462	-23.691	-27.275	-27.592
3.04.05.02	Outros Despesas Operacionais	0	-10.031	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.163.910	5.159.420	889.162	1.238.036
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.155.066	5.104.844	857.801	1.199.132
3.06	Resultado Financeiro	4.902	13.528	986	4.221
3.06.01	Receitas Financeiras	5.611	14.416	2.244	9.696
3.06.02	Despesas Financeiras	-709	-888	-1.258	-5.475
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.159.968	5.118.372	858.787	1.203.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.895	0	-62.179	-62.179
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,80899	12,22715	2,14939	3,07909
3.99.01.02	PN	3,08989	13,44986	2,36433	3,387
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,80899	12,22715	2,14939	3,07909
3.99.02.02	PN	3,08989	13,44986	2,36433	3,387

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.175.863	5.118.372	796.608	1.141.174
4.02	Outros Resultados Abrangentes	549.359	-66.233	245.598	1.309.999
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	549.359	-66.233	245.598	1.309.999
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.725.222	5.052.139	1.042.206	2.451.173
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.725.222	5.052.139	1.042.206	2.451.173

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.221.317	1.009.801
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-43.900	-33.492
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.118.372	1.203.353
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.159.420	-1.238.036
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-2.835	1.225
6.01.01.07	Outros	-17	-34
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.265.217	1.043.293
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	21.941	38.022
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-832	-11.623
6.01.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.268.473	1.016.954
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-24.365	-60
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.728.719	-243.494
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.728.719	-243.494
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.492.598	766.307
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.563	201.185
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.555.161	967.492

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.660.125	0	-2.898.625	-521.500	0	-1.760.000	0	-1.760.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-276.500	0	-1.515.000	0	-1.515.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.118.372	-66.233	5.052.139	0	5.052.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.118.372	0	5.118.372	0	5.118.372
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-66.233	-66.233	0	-66.233
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-66.233	-66.233	0	-66.233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.760.125	0	0	4.596.872	4.189.953	14.546.950	0	14.546.950

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.141.174	1.309.999	2.451.173	0	2.451.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.141.174	0	1.141.174	0	1.141.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.309.999	1.309.999	0	1.309.999
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	1.309.999	1.309.999	0	1.309.999
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.106.573	1.141.174	4.664.281	12.012.028	0	12.012.028

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.163	-2.566
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.129	-1.859
7.02.04	Outros	-1.034	-707
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.163	-2.566
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.163	-2.566
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.173.836	1.247.732
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.159.420	1.238.036
7.06.02	Receitas Financeiras	14.416	9.696
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.163.673	1.245.166
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.163.673	1.245.166
7.08.01	Pessoal	9.425	7.800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.956	90.717
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.920	5.475
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.118.372	1.141.174
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	245.000	0
7.08.04.02	Dividendos	276.500	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.596.872	1.141.174

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado			(R\$ mil)			
	3T21	3T20	Var %	9M21	9M20	Var %
Equivalência Patrimonial	1.163.910	889.162	30,9%	5.159.420	1.238.036	316,7%
Receita Operacional	1.163.910	889.162	30,9%	5.159.420	1.238.036	316,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(4.924)	(1.096)	349,3%	(10.239)	(2.641)	287,7%
Despesas de Pessoal	(3.458)	(2.990)	15,7%	(10.615)	(8.671)	22,4%
Receitas / Despesas Financeiras	4.902	986	397,2%	13.528	4.221	220,5%
Despesas Tributárias	(462)	(27.275)	-	(23.691)	(27.592)	-14,1%
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(10.031)	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	1.159.968	858.787	35,1%	5.118.372	1.203.353	325,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.895	(62.179)	-	-	(62.179)	-
Resultado do Período	1.175.863	796.608	47,6%	5.118.372	1.141.174	348,5%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

No 3T21, a BRADESPAR registrou receita operacional de R\$ 1,2 bilhão. Já no acumulado dos 9 meses do ano, reportou receita operacional recorde de R\$ 5,2 bilhões, ante R\$ 1,2 bilhão no mesmo período de 2020.

Destaca-se o desempenho da VALE no período, totalizando EBITDA ajustado de US\$ 7,1 bilhões, com ênfase no segmento de Minerais Ferrosos que alcançou US\$ 6,7 bilhões. Muito embora impactado pelo efeito da redução do índice de preços no período, principalmente pelos cortes na produção de aço na China, representou, ainda, o maior EBITDA para um terceiro trimestre desde 2012.

Resultado Financeiro

No 3º trimestre de 2021, o resultado financeiro da BRADESPAR atingiu o valor positivo de R\$ 4,9 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida positiva de caixa da Companhia, na medida em que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

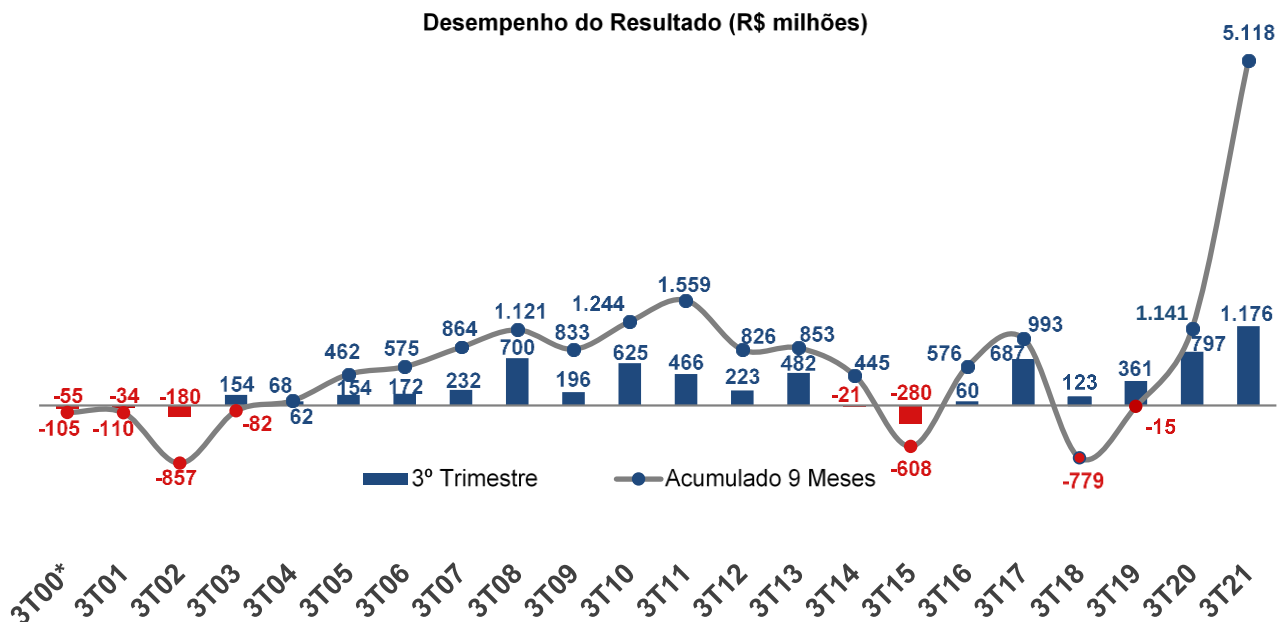
Comentário do Desempenho

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 8,4 milhões no 3º trimestre de 2021 e R\$ 20,9 milhões no acumulado do ano.

Resultado do Trimestre

No 3º trimestre de 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão, ante resultado positivo de R\$ 796,6 milhões registrado no mesmo período de 2020. No acumulado de 2021, atingiu o montante de R\$ 5,1 bilhões, sendo este o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do resultado apresentado pela VALE.



*Corresponde a 7 meses de operação

Comentário do Desempenho

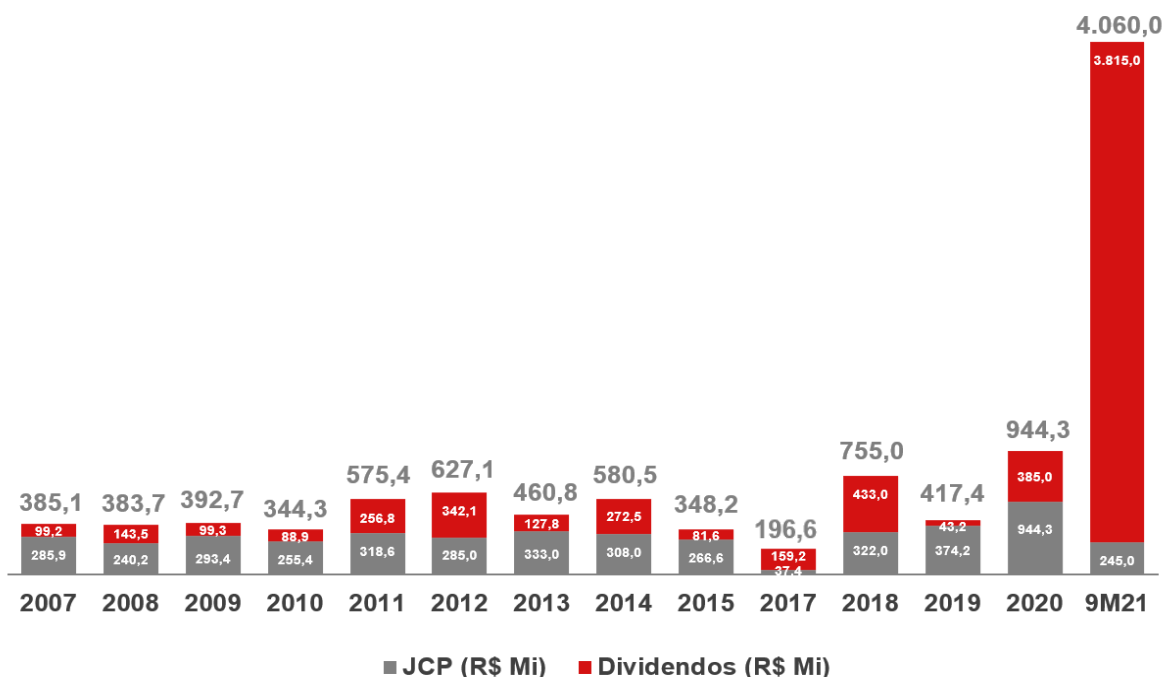
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em 08 de novembro de 2021, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000.000,00, sendo R\$ 5,494409924 por ação ordinária e R\$ 6,043850916 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. O valor foi apurado com base no balanço levantado em 30 de junho de 2021 e refere-se à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2021.

Os mencionados dividendos beneficiarão os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 16.12.2021, passando suas ações a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 17.12.2021 e serão pagos em 29.12.2021.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e a pagar em 2021 totalizam aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, sendo o maior volume anual já pago na história da BRADESPAR.

Histórico de pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos



* O gráfico contempla os dividendos que foram deliberados em outubro de 2021.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA

VALE

Empresa privada de origem brasileira, a VALE está presente em cerca de 25 países, sendo uma das maiores mineradoras do mundo na produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. Além disso, produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e em outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações.

No 3º trimestre de 2021, a geração de caixa da VALE alcançou US\$ 7,8 bilhões. Isso permitiu a distribuição de dividendos de aproximadamente US\$ 7,4 bilhões em setembro, com base nos resultados do primeiro semestre de 2021. Considerando os dividendos distribuídos ao longo do ano, US\$ 13,5 bilhões foram devolvidos diretamente aos acionistas.

Por fim, destaca-se, ainda que, após a conclusão do programa de recompra de 270 milhões de ações de emissão da própria Companhia ao longo do ano, a aprovação pelo Conselho de Administração da VALE do novo programa de recompra de até 200 milhões de ações e seus respectivos ADRs, representando até 4,1% do número total de ações em circulação, com base na composição acionária atual. Regido pela disciplina na alocação de capital, o programa será executado em um período de até 18 meses, demonstrando a confiança na gestão da empresa e no potencial de criar e distribuir valor de forma consistente. A Alta Administração da VALE considera o programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis para a empresa.

Comentário do Desempenho

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 15.10.2021, os acionistas da BRADESPAR, aprovaram por unanimidade todas as matérias apreciadas, conforme descrito abaixo:

1) homologação das alterações no valor do capital social da BRADESPAR e no número de ações em que ele se divide, conforme aumento de capital aprovado pelo seu Conselho de Administração em reunião do dia 14.9.21, elevando-o de R\$4.100.000.000,00 para R\$5.760.124.804,30, com bonificação em ações, mediante a capitalização do saldo da conta “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária” e do saldo da conta “Reserva de Lucros – Reserva Legal”, com a emissão de 45.062.565 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 (um inteiro e duzentos e noventa e cinco milésimos) de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que fossem titulares na data-base de 20.9.2021, passando a ser negociadas “ex-direito” em 21.9.2021. Os objetivos da operação tiveram o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação dessas ações para torná-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores;

2) redução do Capital Social, em conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$5.260.000.000,00, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da BRADESPAR de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da VALE, pelo respectivo valor contábil, a ser apurado e divulgado ao mercado oportunamente, com intuito de ajustar o valor do capital social da BRADESPAR que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades; e

3) autorização, ao Conselho de Administração da Companhia, para tomar as providências necessárias quanto à concretização da operação de redução de capital, incluindo, mas não limitando, a determinação da quantidade de ações de emissão da VALE a ser entregue aos seus acionistas da BRADESPAR, a ser apurado e divulgado ao mercado oportunamente, sujeito ao limite de R\$5.260.000.000,00, que corresponde ao valor da redução de capital, bem como a consequente fixação da proporção de ações a ser distribuída.

Comentário do Desempenho

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no 3º trimestre de 2021, foi contratado junto aos auditores externos o seguinte serviço diferente de auditoria externa, com prazo de até um ano:

Relacionados à auditoria: 9 de setembro de 2021 - Trabalho de procedimentos previamente acordados relacionados a eventos societários – R\$ 35 mil (8,3% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descrito, não afeta a independência nem a objetividade na condução do exame de auditoria externa efetuados à BRADESPAR. A política de atuação com a BRADESPAR na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi concedida pelo Conselho da Administração em 8 de novembro de 2021.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 30 de setembro de 2021.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, correlata à norma internacional IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*” estão apresentadas em conformidade com a *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

As estimativas contábeis relevantes são as mesmas que foram adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) – Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e não foram identificados impactos na Companhia.

Notas Explicativas

- Foi aprovado, via Resolução CVM nº 28 de 16 de abril de 2021, o Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação – CPC LIQUIDAÇÃO com o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
- IFRS 17 – Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente os contratos. A IFRS 17 entrará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma.
 - Alterações do IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – e da IFRS *Practice Statement* 2 sobre Divulgações de Políticas Contábeis e da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - sobre as Divulgações das Estimativas Contábeis. O objetivo das alterações é a melhoria nas divulgações de políticas contábeis, assegurando que forneça informações mais úteis aos investidores e outros usuários das demonstrações contábeis sob a premissa de avaliação da materialidade como informação mais relevante. Para as estimativas contábeis, as alterações esclarecem como a entidade deve distinguir as mudanças nas políticas contábeis das mudanças das estimativas contábeis. Entrará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação das alterações da norma.
 - Alterações do IAS 12 – Impostos sobre o Lucro – sobre imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrente de uma única transação. O objetivo das alterações é esclarecer o reconhecimento de impostos diferidos em arrendamentos e obrigações de descomissionamento, quando reconhecem esses ativos e passivos pela primeira vez. Entrará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está em processo de avaliação das alterações da norma.
 - Alterações do IFRS 16 – Arrendamentos: prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19, Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. O objetivo das emendas é facilitar a contabilização das concessões de aluguel relacionadas ao Covid-19, como férias e reduções temporárias de aluguel, fornecendo informações úteis sobre seus arrendamentos aos investidores. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. A Companhia está em processo de avaliação das alterações da norma.

6. GESTÃO DE RISCOS

No período, não houve mudança em relação às políticas de gestão de riscos divulgadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.9.2021	31.12.2020	30.9.2021	31.12.2020
Disponibilidades em moeda nacional ⁽²⁾	409.056	17	411.277	2.138
Fundos de investimento financeiro ^{(1) (2)}	2.143.884	60.425	2.143.884	60.425
TOTAL	2.552.940	60.442	2.555.161	62.563

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco; e

(2) A variação ocorreu devido ao recebimento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos de investimento com influência significativa.

8. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajustes Decorrente de Avaliação (1)			
				ON		30.9.2021	31.12.2020	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
MILLENNIUM	11.919	2.221	100	-	100,00	2.221	2.121	179	69	100	667
VALE (2) (3) (4) (5)	77.300.000	206.626.288	90.862.190	293.907	5,73	11.832.335	10.691.742	1.163.910	889.162	5.159.420	1.238.036
Total	-	-	-	-	-	11.834.556	10.693.863	1.164.089	889.231	5.159.520	1.238.703

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) As informações referentes a 30 de setembro de 2021, foram revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR;

(3) Participação no Capital Social alterada em razão do cancelamento de ações, realizado pela nossa investida;

(4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representantes e indicações no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e

(5) Para maiores informações sobre investimento direto na VALE, ver a Nota 18.

b) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial Consolidado:

Empresa	Total dos Investimentos		Valor de Mercado ⁽²⁾	
	30.9.2021	31.12.2020	30.9.2021	31.12.2020
VALE	7.642.382	6.435.556	22.407.470	25.702.167
VALE – ajuste reflexo ⁽¹⁾	4.189.953	4.256.186	-	-
Total	11.832.335	10.691.742	22.407.470	25.702.167

(1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE; e

(2) Valor de mercado da participação na VALE.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

Notas Explicativas

- COFINS – R\$ 12.352 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 12.269): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.676 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.658): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões fiscais

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), em maio de 2006, era responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.022).

Neste trimestre, com o encerramento dos processos de forma desfavorável, procedemos a realização da provisão com a baixa do respectivo depósito judicial, que foi convertido para União (31 de dezembro de 2020 – R\$ 7.717).

II) Movimentação das provisões fiscais:

	Controladora e Consolidado	
	30.9.2021	30.9.2020
Saldo no início do período	7.022	6.901
Atualização monetária	806	101
Baixa	(7.828)	-
Saldo no final do período	-	7.002

Notas Explicativas

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

O processo classificado como possível:

- l) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel busca a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alega suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção buscando compelir a Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Bradespar e Litel apresentaram suas contrarrazões aos recursos especiais. Aguardam despacho da Presidência do TJRJ sobre o seguimento dos recursos para o STJ.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a probabilidade de perda da Bradespar.

- d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

Notas Explicativas

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30.9.2021	31.12.2020
Ordinárias	137.989.898	122.171.449
Preferenciais	255.106.712	225.862.596
Total em circulação	393.096.610	348.034.045

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 14 de setembro de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.660.125, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 5.760.125, com bonificação de ações, mediante a capitalização do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Legal” e do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Estatutária”, com a emissão de 45.062.565 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais.

b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 915.000 utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sendo 2,468833979 por ação ordinária e 2,715717377 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 245.000 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 0,661053907 por ação ordinária e 0,727159298 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de 0,561895821 por ação ordinária e 0,618085403 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, que foram pagos em 12 de maio de 2021.

Em 12 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 600.000, sendo R\$ 323.500 utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária” e R\$ 276.500 a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 previsto no Estatuto Social, sendo 1,618907527 por ação ordinária e 1,780798280 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que foram pagos em 26 de julho de 2021.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.844	705	8.355	4.044
Juros sobre impostos a recuperar	1.611	835	3.719	4.217
Outras	56	635	2.242	768
	5.511	2.175	14.316	9.029
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	-	(1.212)	-	(5.304)
Outras	(788)	(46)	(888)	(171)
	(788)	(1.258)	(888)	(5.475)
Resultado Financeiro Líquido	4.723	917	13.428	3.554

Notas Explicativas

	Consolidado			
	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.844	706	8.355	4.050
Juros sobre impostos a recuperar	1.611	835	3.719	4.217
Outras	156	703	2.342	1.429
	5.611	2.244	14.416	9.696
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	-	(1.212)	-	(5.304)
Outras	(709)	(46)	(888)	(171)
	(709)	(1.258)	(888)	(5.475)
Resultado Financeiro Líquido	4.902	986	13.528	4.221

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 198.941 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 182.201), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora			
	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	1.159.968	858.787	5.118.372	1.203.353
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(394.390)	(291.988)	(1.740.247)	(409.140)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	395.791	302.339	1.754.237	421.159
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	1.713	(589)	744	(1.209)
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	(99.663)	(83.514)	(99.663)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	83.300	-
Outros	12.781	27.722	(14.520)	26.674
Imposto de renda e contribuição social do período	15.895	(62.179)	-	(62.179)

	Consolidado			
	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	1.159.968	858.787	5.118.372	1.203.353
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(394.390)	(291.988)	(1.740.247)	(409.140)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Investimento com influência significativa	395.730	302.315	1.754.203	420.932
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	1.774	(565)	778	(982)
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	(99.663)	(83.514)	(99.663)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	83.300	-
Outros	12.781	27.722	(14.520)	26.674
Imposto de renda e contribuição social do período	15.895	(62.179)	-	(62.179)

Notas Explicativas

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2021, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 344.963 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 332.351).

13. PARTES RELACIONADAS

I) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Nos períodos apresentados em 30 de setembro de 2021, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 208.785 e dividendos recebidos no montante de R\$ 4.059.688, sendo parte dos dividendos, no montante R\$ 352.724 deliberados em 31 de dezembro de 2020, proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Companhia e R\$ 5.100 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Remuneração e Contribuição previdenciária para o INSS	2.052	1.615	6.340	4.097
Total	2.052	1.615	6.340	4.097

Benefícios pós-emprego

	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.177	1.149	3.475	3.447
Total	1.177	1.149	3.475	3.447

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

Notas Explicativas

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	30.9.2021	31.12.2020
• Ações ordinárias	0,1139%	0,2741%
• Ações preferenciais	0,3216%	0,4766%
• Total de Ações	0,2487%	0,4055%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

- I) Ativos Financeiros na Controladora, referem-se à Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 2.552.940 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 60.442) e no Consolidado no montante de R\$ 2.555.161 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 62.563); e
- II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se à Outras Obrigações no montante de R\$ 25.361 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 25.366) Nota 16c.

b) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		30 de setembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(28)	(4.848)	(9.598)	(1)	(26)	(51)
Total sem Correlação		(28)	(4.848)	(9.598)	(1)	(26)	(51)
Total com Correlação		(28)	(4.848)	(9.598)	(1)	(26)	(51)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,99% foi aplicado um cenário de 9,00% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,99% foi utilizado um cenário de 11,24% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,99% foi utilizado um cenário de 13,49% a.a.

Notas Explicativas

15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no período findo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020;
- b) Intangível, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 1.002 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 819), refere-se ao contrato de aluguel de imóveis;
- c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 30.490 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 28.990) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;
- d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 10.615 (30 de setembro de 2020 – R\$ 8.671) e R\$ 3.458 no 3º trimestre de 2021 (3º trimestre de 2020 – R\$ 2.990) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 10.239 (30 de setembro de 2020 – R\$ 2.641) e R\$ 4.924 no 3º trimestre de 2021 (3º trimestre de 2020 – R\$ 1.096);
- e) Outras Despesas, no montante de R\$ 10.031, referem-se ao pagamento de indenização, relacionado aos desembolsos com processos judiciais realizados por companhia investida, alienada pela Bradespar em dezembro de 2006, cujos processos se referem a períodos anteriores à alienação do investimento; e
- f) A Bradespar é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em razão da pandemia. Contudo em razão da propagação do Covid-19, podem ocorrer alterações futuras, impossibilitando atualmente prever todos os impactos, os quais podem acarretar alterações dos valores justos dos ativos e passivos, na sua investida, em períodos subsequentes. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de outubro de 2021, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do Capital Social, no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da Companhia de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale, pelo respectivo valor contábil, a ser apurado após a divulgação das demonstrações contábeis da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021, a fim de ajustar o valor do Capital Social da Companhia.

Notas Explicativas

Em 08 de novembro de 2021, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.300.000, sendo 5,494409924 por ação ordinária e 6,043850916 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que serão pagos em 29 de dezembro de 2021.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

- I) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ Milhões	30.9.2021	31.12.2020
ATIVO		
Circulante	108.736	126.805
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	80.445	78.623
Investimentos	11.418	10.557
Imobilizado	223.492	213.836
Intangível	48.483	48.309
TOTAL	472.574	478.130
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	87.442	75.838
Não Circulante	199.665	221.306
Patrimônio Líquido	185.467	180.986
TOTAL	472.574	478.130
Participação Direta	5,73%	5,56%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ Milhões				
	3º Trim/21	3º Trim/20	30.9.2021	30.9.2020
Receita de vendas, líquida	72.587	39.698	178.123	83.346
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(16.689)	(11.939)	(44.094)	(30.498)
Lucro Bruto	55.898	27.759	134.029	52.848
Receitas (Despesas) operacionais	(28.428)	559	(10.379)	(5.831)
Redução ao valor recuperável e baixas de ativos não Circulantes	(212)	(76)	(335)	(214)
Resultado Financeiro	(2.168)	(7.708)	(7.369)	(19.383)
Resultado de Equivalência Patrimonial	670	(211)	(1.688)	(3.763)
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	25.760	20.323	114.258	23.657
Tributos sobre o lucro	(5.557)	(4.708)	(23.396)	(1.769)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	20.203	15.615	90.862	21.888

II) Outras Informações

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impactos no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em

Notas Explicativas

270 fatalidades, incluindo 8 vítimas ainda desaparecidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale reconheceu provisões para atender aos compromissos assumidos, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade, além disso, a Vale também reconheceu provisão para descaracterização de barragens.

Acordo Global para Brumadinho

Em 4 de fevereiro de 2021, a Vale assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral (“Acordo Global”), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. O Acordo Global foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 4 de fevereiro de 2021 e a certidão de trânsito em julgado foi lavrada em 7 de abril de 2021.

Com o Acordo Global, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Vale foram substancialmente resolvidos e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação desses danos foram definidos. Como resultado, a Vale complementou suas provisões em 31 de dezembro de 2020.

As provisões são descontadas ao valor presente utilizando uma taxa observável que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos deste passivo na data de reporte da Vale. Neste ano, a taxa de desconto observável, para a provisão relacionada ao Acordo Global e provisões para indenização e outros compromissos, variou de 2,0% em 31 de dezembro de 2020 para 4,6% em 30 de setembro de 2021. Adicionalmente, as provisões foram atualizadas pelo IPCA, conforme previsto nos termos do Acordo Global, resultando em um impacto de R\$1.737 milhões, reconhecido no resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2021.

(i) Obrigações de Pagamento

As obrigações de pagamentos correspondem aos projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental que serão executados e/ou geridos diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, principalmente voltados para a mobilidade urbana e fortalecimento do serviço público e projetos de iniciativa dos atingidos, além do programa de transferência de renda para os atingidos, que será implementado pelas Instituições de Justiça. Do montante total, R\$4.400 milhões, referentes ao programa de transferência de renda, serão pagos em parcela única em 2021. O valor remanescente de R\$8.256 milhões representa o valor presente dos pagamentos fixos semestrais referentes ao restante das obrigações de pagamento, que serão realizados por um período médio de 5 anos.

(ii) Provisão para reparação socioeconômica e outros

O Acordo Global prevê projetos de reparação que serão realizados em Brumadinho e nos demais municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. As ações para reparação socioeconômica também visarão o reforço às atividades produtivas da região afetada, através de medidas para maior diversificação econômica do município de Brumadinho, diminuindo a sua histórica dependência da mineração, e, para o restante da Bacia, criando ferramentas que suportem uma transformação da economia dos municípios impactados. Esses projetos serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 3 anos.

Notas Explicativas

As variações nos valores estimados para execução dos projetos, embora definidos no acordo, são de responsabilidade da Vale e alterações em relação aos orçamentos originais podem mudar o saldo da provisão no futuro.

(iii) Provisão para reparação e compensação socioambiental

O Acordo Global estabelece o regramento para o desenvolvimento do plano de reparação ambiental, e projetos para a compensação dos danos ambientais já conhecidos. Tais medidas têm como objetivo remediar os danos causados, restituir os ecossistemas à situação anterior ao rompimento, restaurar a infraestrutura local, reparar perdas sociais e econômicas, recuperar áreas atingidas e reparar a perda da memória e do patrimônio cultural causados pelo rompimento da barragem. Também incluem diversas ações de limpeza das áreas afetadas e melhorias no sistema de captação de água ao longo do rio Paraopeba e de outros pontos de coleta de água próximos à área afetada. As medidas de recuperação ambiental e os projetos de compensação serão executados diretamente pela Vale por um prazo médio de 5 anos.

A recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Global, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, essa provisão está sujeita a alterações futuras, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Vale.

Provisão para indenização individual e outros compromissos

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU"). O saldo desta provisão é de R\$693 milhões em 30 de setembro de 2021 (R\$930 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Além das ações estabelecidas no Acordo Global, a Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I. O saldo desta provisão é de R\$1.216 milhões em 30 de setembro de 2021 (R\$1.387 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Vale foi notificada da imposição de multas administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), no montante de R\$250 milhões. A Vale firmou um acordo com o IBAMA, no qual R\$150 milhões serão aplicados em projetos ambientais em 7 parques no Estado de Minas Gerais, cobrindo uma área de aproximadamente 794 mil hectares, e R\$100 milhões serão destinados a programas relacionados a saneamento básico no Estado de Minas Gerais.

Descaracterização das outras barragens localizadas no Brasil

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho, a Vale tomou a decisão de acelerar seu plano de "descaracterizar" todas as barragens de rejeitos construídas sob o método a montante (o mesmo método da Barragem I), certas estruturas denominadas "centro de linha" e diques de contenção localizados no Brasil. Em setembro de 2020, o governo federal promulgou a Lei nº 14.066, que alterou a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2020), reforçando a proibição de construção e elevação de barragens a montante no Brasil. O estatuto também exige que as

Notas Explicativas

empresas descaracterizem as estruturas construídas pelo método a montante até 2022, ou posteriormente, se ficar comprovado que a descaracterização não é tecnicamente viável até 2022.

Os fluxos de caixa dos projetos de descaracterização de barragens estão projetados por um período médio de 8 anos e foram descontados por uma taxa de desconto observável, que variou de 3,5% em 31 de dezembro de 2020 para 5,0% em 30 de setembro de 2021. A provisão da Vale para cumprir com essas obrigações era de R\$10.099 milhões em 30 de setembro de 2021 (R\$11.897 milhões em 31 de dezembro de 2020).

(i) Paradas de operação

Algumas operações foram paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em suas estruturas de barragens a montante localizadas no Brasil. A Vale vem registrando perdas, principalmente relacionadas aos custos fixos destas operações do segmento de Minerais Ferrosos e, nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021, estas despesas totalizaram R\$330 milhões e R\$1.376 milhões (R\$600 milhões e R\$1.879 milhões nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020), respectivamente. A Vale está trabalhando em medidas legais e técnicas para retomar todas as operações com capacidade total.

Contingências e outras questões legais

(i) Pedidos de multa ou perdimento de bens

Nos autos da Ação Civil Pública de Brumadinho, na qual foi celebrado o Acordo Global, em agosto de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais ("MPMG") e demais instituições autoras tinham formulado pedidos de condenação da Vale em parte dos pleitos para o ressarcimento de supostas perdas econômicas do Estado de Minas Gerais e danos morais coletivos, já considerados nas Ações Civis Públicas propostas contra a Vale em janeiro de 2019. Naquele pedido, o MPMG também tinha requerido o imediato bloqueio de R\$26,7 bilhões da Vale como garantia ao ressarcimento das supostas perdas econômicas apontadas, o qual foi indeferido pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte em 6 de outubro de 2020. Esse pleito foi extinto com a celebração do Acordo Global.

Em outra ação, em maio de 2020, o MPMG formulou pedido de aplicação de multa ou perdimento de bens, direitos e valores da Vale com fundamento no artigo 5º, inciso V da Lei 12.846/2013, ou seja, segundo o entendimento do MPMG, a Vale teria, por intermédio de ações de seus empregados, dificultado atividades de fiscalização de órgãos públicos no complexo. O poder judiciário, até o momento, entendeu não haver necessidade de apresentação de garantias pela Vale, no montante de R\$7,9 bilhões. Diante dos argumentos contidos na ação proposta, a Vale entende que a possibilidade de perda é remota.

Em janeiro de 2021, a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais ("CGE") notificou a Vale para apresentar defesa ao Processo Administrativo de Responsabilização ("PAR") instaurado com o mesmo fundamento. A Vale apresentou sua defesa em março de 2021, e impetrou mandado de segurança em face da instauração deste PAR, o qual teve a liminar deferida para suspender a tramitação do PAR.

Em outubro de 2020, a Controladoria Geral da União ("CGU") notificou a Vale sobre instauração de processo administrativo de responsabilização, com base nas mesmas alegações do MPMG. Por se tratar de procedimento discricionário da CGU, a Vale estima como possível uma perda na fase administrativa, mas reafirma seu prognóstico de perda remota na ação judicial anulatória a ser instaurada contra eventual decisão da CGU, caso necessário.

Notas Explicativas

(ii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma potencial ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - American Depositary Receipts (“ADRs”) - de emissão da Vale. O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos.

Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas (“Discovery”), tendo sido a fase de provas fáticas prevista inicialmente para se encerrar em junho de 2021. No entanto, em razão da pandemia, o prazo para encerramento da produção de provas fáticas foi prorrogado para março de 2022. Em paralelo, o Autor apresentou em fevereiro de 2021, requerimento para certificação de classe (“motion for class certification”), contra o qual a Vale apresentou impugnação em abril de 2021. Em junho de 2021, foram apresentadas réplica pelo Autor e respostas aos relatórios dos especialistas técnicos pelas partes. Aguarda-se uma decisão da Corte sobre o requerimento para certificação de classe.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da potencial ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

(iii) Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 351 acionistas minoritários, (ii) uma arbitragem movida por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) uma arbitragem movida por fundos estrangeiros.

Nas três arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas, o que lhe seria exigido pelas leis brasileiras aplicáveis e pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale a expectativa de perda é classificada como possível para os três procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

No procedimento movido por fundos estrangeiros, os requerentes estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$1.800 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda no valor alegado pelos fundos estrangeiros.

Notas Explicativas

(iv) Investigações conduzidas pela CVM e Securities and Exchange Commission ("SEC")

A Vale foi notificada de que o staff da SEC tomou uma decisão preliminar de recomendar que a SEC inicie procedimentos legais contra a Vale, alegando violações à legislação do mercado de capitais dos EUA relacionadas às divulgações e declarações feitas pela Vale sobre gestão de segurança de barragens e sobre a barragem de Brumadinho. Caso a SEC autorize o início desses procedimentos legais contra a Vale, a SEC poderá buscar uma liminar para evitar futuras violações à legislação do mercado de capitais dos EUA, a imposição de multas, restituição monetária e outras compensações cabíveis em uma demanda no âmbito de uma corte federal nos EUA. A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. Neste momento não é possível determinar um montante ou estimativa de eventuais perdas para a Vale.

(v) Processo Penal e Investigações

Em janeiro de 2020, o MPMG denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex- empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais. A denúncia foi recebida pelo juízo criminal da Comarca de Brumadinho em 14 de fevereiro de 2020, contudo no dia 19 de outubro de 2021 o Superior Tribunal de Justiça anulou referida decisão e declarou a competência da Justiça Federal para processamento do feito. A Vale pretende se defender vigorosamente das alegações criminais, e a Vale não pode estimar quando uma decisão sobre esse processo criminal será proferida.

(vi) Ação Civil Coletiva Trabalhista

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicato de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. As entidades sindicais alegam representar 246 trabalhadores e pleiteiam condenação que varia entre R\$1,5 milhão e R\$3 milhões por vítima fatal, tendo sido proferida decisão inicial condenando a Vale ao pagamento de R\$1 milhão por empregado próprio (131 vítimas fatais). A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que, apesar da falta de previsão legal no ordenamento jurídico, o prognóstico de perda é considerado possível.

Seguros e garantias financeiras

(i) Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de seguro de risco operacional e responsabilidade civil. No entanto, essas negociações ainda estão em um estágio preliminar, logo, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a Vale foi reconhecida em suas demonstrações financeiras intermediárias.

(ii) Garantias financeiras

Em abril de 2021, as garantias financeiras relacionadas ao evento de Brumadinho foram liberadas, devido à celebração do Acordo Global. Em 31 de dezembro de 2020, a Vale possuía garantias financeiras no montante de R\$5.843 milhões.

Notas Explicativas

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Os processos incluem ações civis públicas movidas por autoridades brasileiras e vários processos envolvendo reivindicações por quantias significativas de danos e medidas de reparação. A Vale espera que o TTAC e o TacGov representem a solução das ações civis públicas movida pelo MPF e outros processos relacionados. Existem ainda, ações coletivas de valores mobiliários nos Estados Unidos contra a Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos, um processo criminal no Brasil. As principais atualizações com relação aos processos judiciais no período foram:

(i) Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF")

O TacGov estabelece uma eventual repactuação dos programas de reparação da Fundação Renova após a conclusão dos trabalhos e diagnósticos técnicos de especialistas. As negociações para repactuação tiveram início em abril de 2021, tendo sido negociada e assinada, em junho de 2021, uma carta de princípios com as empresas Vale, BHP e Samarco bem como representantes do poder público e de várias instituições de justiça, sendo certo que as mesas de negociação seguem em andamento.

No "Eixo Prioritário 7", que trata de indenizações individuais, foram proferidas algumas decisões incluindo novas categorias como elegíveis a indenização, municípios não previstos no TTAC, assim como ampliando o sistema indenizatório ao território de Mariana, o qual já possui matriz indenizatória própria. Assim, considerando que as decisões vêm sendo enfrentadas por recurso, a depender do desfecho definitivo desses processos, a provisão registrada pela Vale poderá ser complementada no futuro.

Em 31 de janeiro de 2020, foi criado o "Eixo Prioritário 10", para equacionar as divergências entre as partes quanto ao escopo, prazo e finalidade da atuação das assessorias técnicas aos atingidos que estão previstas no TacGov. Em 4 de outubro de 2021, foi proferida decisão determinando ajustes aos planos de trabalho apresentados pelas assessorias técnicas aos atingidos. Adicionalmente, alguns grupos de atingidos formularam pedido de destituição da contratação dessas assessorias, que foi designada para audiência e ainda não ocorreu. A Vale está avaliando os aspectos relacionados a esta decisão, que ainda não se tornou definitiva e cabe recurso. Portanto, dependendo dos desdobramentos judiciais, a provisão registrada pela Vale poderá ser complementada no futuro.

(ii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

Em março de 2017, os detentores de títulos emitidos pela Samarco Mineração S.A. entraram com uma potencial ação coletiva no Tribunal Federal de Nova York contra a Samarco, Vale, BHP Billiton Limited, BHP Billiton PLC e BHP Brasil Ltda. com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários ("U.S. Federal Securities laws"), que foi julgada improcedente, sem exame de mérito, em junho de 2019. O Autor recorreu da decisão em dezembro de 2019.

Em janeiro de 2021, foi realizada audiência perante o Tribunal de Apelações do Estado de Nova York. Em março de 2021, o Tribunal proferiu decisão negando o recurso do Autor e, assim, mantendo a decisão de 1ª instância que havia julgado improcedente a ação. Em junho de 2021, a decisão transitou em julgado, visto que não houve a interposição de novos recursos pelo Autor. Assim, o caso está encerrado e será arquivado.

Notas Explicativas

(iii) Denúncia criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. Em junho de 2021, a Vale apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que não reconheceu a tese de prescrição em favor da Vale. Em julho de 2021, o MPF apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, contra decisão do juiz que indeferiu a retomada da instrução processual, requerendo a retificação da decisão. A Vale não consegue estimar quando uma decisão final sobre o caso será emitida.

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale vem negociando o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$181 milhões (US\$33 milhões), e reconheceu esse ganho no resultado como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no site www.cvm.gov.br.

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BRADESPAR S.A.					Posição em 30/09/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	50.694.589	36,7379	340.435	0,1334	51.035.024	12,9828
NCF Participações S.A.	34.322.985	24,8735	2.525.090	0,9898	36.848.075	9,3738
Fundação Bradesco	20.533.114	14,8802	-	-	20.533.114	5,2234
BlackRock, Inc. (Fundos)	-	-	11.614.474	4,5528	11.614.474	2,9546
Fundo de Investimento Geração Futuro LPAR	-	-	13.069.600	5,1232	13.069.600	3,3248
BTG Pactual	77.000	0,0558	15.910.250	6,2367	15.987.250	4,0670
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Demais Acionistas	32.362.210	23,4526	211.646.863	82,9641	244.009.073	62,0736
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 30/09/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.758.724.093	47,9309	-	-	3.758.724.093	47,9309
Fundação Bradesco	2.779.096.922	35,4388	-	-	2.779.096.922	35,4388
Maria Ângela Aguiar	411.197.692	5,2436	-	-	411.197.692	5,2436
Outros	892.940.817	11,3867	-	-	892.940.817	11,3867
Total	7.841.959.524	100,00	-	-	7.841.959.524	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/09/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	163.332.621	46,3016	373.794.914	100,00	537.127.535	73,9282
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,6984	-	-	189.425.112	26,0718
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/09/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	423.598.233	25,1288	1.502.370.308	100,00	1.925.968.541	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.259.587.222	74,7216	-	-	1.259.587.222	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.521.897	0,1496	-	-	2.521.897	0,0791
Total	1.685.707.352	100,00	1.502.370.308	100,00	3.188.077.660	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/09/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	-	-	74.784.306	48,4210	74.784.306	24,1960
Tesouraria	62.681.667	40,5363	24.735.131	16,0154	87.416.798	28,2832
Luiz Carlos Trabuco Cappi	10.838.875	7,0095	268.403	0,1738	11.107.278	3,5937
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	10.315.473	6,6710	342.116	0,2215	10.657.589	3,4482
Milton Matsumoto	9.670.873	6,2542	342.068	0,2215	10.012.941	3,2396
Denise Aguiar Alvarez	7.920.775	5,1224	266.693	0,1727	8.187.468	2,6490
Outros	53.203.114	34,4065	53.707.416	34,7742	106.910.530	34,5903
Total	154.630.777	100,00	154.446.133	100,00	309.076.910	100,00

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/09/2021						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.571	77,8626	2.865.525	1,1233	110.308.096	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	157.185	0,1139	820.298	0,3216	977.483	0,2487
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.390.142	22,0235	251.420.889	98,5552	281.811.031	71,6900
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	30.390.142	22,0235	251.420.889	98,5552	281.811.031	71,6900

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/09/2020 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	95.125.912	77,8626	2.537.037	1,1233	97.662.949	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	465.120	0,3807	1.251.999	0,5543	1.717.119	0,4934
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	26.580.417	21,7567	222.073.560	98,3224	248.653.977	71,4453
Total	122.171.449	100,00	225.862.596	100,00	348.034.045	100,00
Ações em Circulação	26.580.417	21,7567	222.073.560	98,3224	248.653.977	71,4453

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Bradespar S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Bradespar S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame dos Comentários da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao terceiro trimestre de 2021 e, à vista do Relatório de Revisão elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, são de opinião de que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

São Paulo, SP, 8 de novembro de 2021

Membros do Conselho Fiscal

- Ariovaldo Pereira
- João Carlos de Oliveira
- Joaquim Caxias Romão
- Ricardo Reisen de Pinho
- Wilfredo João Vicente Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fernando Jorge Buso Gomes, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da Bradespar relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 8 de novembro de 2021.

Fernando Jorge Buso Gomes
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor

Eu, Marcelo Santos Dall'Occo, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da Bradespar relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 8 de novembro de 2021.

Marcelo Santos Dall'Occo
Diretor